

Estudo Técnico Preliminar

1. Informações Básicas

Número do processo: 25380.000327/2022-07

2. Introdução

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) é uma instituição vinculada ao Ministério da Saúde, que abriga enorme diversidade de atividades, incluindo o desenvolvimento de pesquisas; a prestação de serviços hospitalares e ambulatoriais de referência em saúde; fabricação de vacinas, medicamentos, reagentes e kits de diagnóstico; o ensino e a formação de recursos humanos; informação e a comunicação em saúde, ciência e tecnologia; o controle da qualidade de produtos farmacêuticos e serviços de saúde e a implementação de programas sociais. Nesse contexto, servidores e outros profissionais de diversas áreas de conhecimentos técnicos atuam no atendimento às necessidades da sociedade, nos vários campi da Instituição no Brasil e no exterior.

A atuação da Fiocruz no cenário nacional tem contribuído para a melhoria da qualidade de vida da população brasileira, para a redução das desigualdades sociais e para a dinâmica nacional de inovação, tendo como valor central a defesa do direito à saúde e da ampla cidadania. A Coordenação Geral de Infraestrutura dos *campi* (Cogic) é responsável pela gestão da infraestrutura da Fiocruz e está presente em todas as atividades da Instituição. Sua missão é de prover conhecimentos e soluções sustentáveis de infraestrutura para a Fiocruz.

3. Descrição da necessidade

O Escritório Técnico da Fiocruz no Mato Grosso do Sul é uma realidade do programa de expansão da Fiocruz que visa diminuir as desigualdades regionais. O escritório já consolida a realização de atividades que subsidiam o futuro reconhecimento como uma nova Unidade da Fiocruz atuando nas áreas temáticas da Saúde da População Indígena, Saúde e Sociedade, Saúde da População Vulnerável e Meio Ambiente: Biodiversidade e Agronegócios e atualmente vinculado à Vice-Presidência de Gestão e Desenvolvimento Institucional, conta com aproximadamente 30 colaboradores dentre servidores efetivos, bolsista, terceirizados e cedidos desenvolvendo trabalhos de ciência e pesquisa, principalmente voltados à Saúde Pública e bem-estar da população. O Escritório conta hoje com um prédio administrativo que é o início da ocupação de uma área de 33.487,94 m² e incorporou uma nova área onde desenvolverá as atividades de pesquisa.

Em sendo assim, é de extrema importância que a unidade da Fiocruz Mato Grosso do Sul se estruture adequadamente para atender às expectativas da população sobre sua atuação na região e o atendimento ao público é indispensável para esta estruturação, sendo os serviços de portaria, recepção e manutenção básicos e indispensáveis às condições necessárias para o desenvolvimento das atividades da Fiocruz Mato Grosso do Sul com condições adequadas.

acolhimento dos usuários, a melhoria da segurança e o atendimento às necessidades de informação ao público (interno e externo).

Com a proximidade da finalização do contrato nº 045/2017, que presta Serviços de Portaria Recepção para a Fiocruz Mato Grosso do Sul, e sem possibilidade de prorrogação da vigência contratual, a fiscalização do contrato, ratificada a necessidade de um novo processo licitatório fim de contratar empresa para prestação de serviço, contínuo com dedicação exclusiva de mão de obra, para as atividades de recepção e portaria e manutenção nas dependências da Fundação Oswaldo Cruz localizadas no município de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul.

Nesse cenário, as atividades são desenvolvidas conforme síntese dos serviços abaixo descritos:

Serviços de atendimento às recepções: Atendimento ao público interno e externo à Fiocruz, atendimento de telefone, controle de entrada e saída de visitantes bem como a movimentação das edificações. Esse profissional fornece informações e orienta a circulação das pessoas e visitantes.

Serviços de atendimento às portarias: controle de acesso físico de pessoas, objetos, bens e veículos, com a finalidade de auxiliar na prevenção de furtos, roubos ou danos ao patrimônio. Além disso, exerce funções básicas de orientações e registros e realiza atividades relacionadas a Portaria.

Serviços de manutenção: manutenção e conservação das dependências, bem como, a guarda e o controle de todo material, aparelhos e equipamentos utilizados nesta manutenção. Manutenção corretiva e preventiva e inspeção de máquinas e equipamentos e identifica necessidades de reparo para preservar as condições de funcionamento, dentre outros reparos.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Escritório Técnico da Fiocruz no Mato Grosso do Sul	Jislaine de Fátima Guilhermino
Coordenação de Serviços Operacionais – CSO/Cogic/Fiocruz	Fabio Henrique Cerqueira

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

1. A solução deverá ter um caráter de continuidade, pois não pode haver percalços entre o fim da vigência do contrato atual do serviço e a solução achada mais viável;
2. A solução adotada deverá atender a tipicidade do local, conforme as características descritas neste ETP;
3. A solução adotada deverá prever total condição de atender a execução das atividades no Escritório da Fiocruz no Mato Grosso do Sul;
4. A solução adotada deverá atender a execução diária de atividades, incluindo finais de semanas em situações específicas;
5. A solução adotada deverá atender a execução de atividades em horários diferenciados do horário comercial;
6. A solução adotada deverá obedecer a critérios de sustentabilidade ambiental e aplicar as práticas de responsabilidade socioambiental, com vistas ao menor impacto ambiental para contratação;
7. A solução adotada deverá obedecer aos aspectos normativos, cumprir as normas técnicas e legislações vigentes pertinentes às atividades;

6. Levantamento de Mercado

No que se refere à busca da melhor solução, a Coordenação de Serviços Operacionais (CSO) realizou pesquisas, para contratação de “Solução da Necessidade”, baseado nos requisitos mínimos estabelecidos neste estudo técnico preliminar com vistas a identificar a opção mais eficiente e vantajosa. Acrescenta-se que o referido estudo pode identificar algumas opções de mercado que podem ser usadas isoladamente ou em conjunto com outras, dependendo da característica de cada solução, tipo de edificação ou local da necessidade, bem como outros artefatos ou contratações já existentes no âmbito da Cogic/Fiocruz.

No que diz respeito a solução, a execução atual é realizada neste modelo, através dos contratos nº 045/2017. A solução adotada hoje é a contratação de postos de trabalho em regime de mão de obra residente e tem se mostrado adequada em razão das atividades serem habituais e rotineiras. Esta contratação hoje abrange 05 postos de trabalho envolvendo 09 profissionais.

Uma das soluções possíveis é a **Contratação de empresa terceirizada para prestação de serviços por posto de trabalho e em regime de mão de obra exclusiva**. As atividades necessárias ao atendimento da necessidade fazem parte da rotina do campus e no atual modelo de execução, há postos de trabalho da contratada à disposição da Administração, para que executem prontamente atividades e tarefas de seu interesse e necessidade, evita-se a descontinuidade dos serviços.

Pontos fortes da solução: Evita descontinuidade; há postos de trabalho da contratada à disposição da Administração, para que executem prontamente tarefas de seu interesse e necessidade. A programação dos serviços fica a cargo da contratada, com especificidade para a Fiocruz, que define quando e onde atender.

Pontos negativos da solução: A existência de um custo fixo que por vezes dificulta a sua manutenção pela carência de recurso; períodos ociosos das equipes com geração de custos para contratante; Dificuldade em dimensionar a força de trabalho de suporte.

Outra solução aventada, seria a **execução descentralizada desses serviços**, nesse modelo de execução, a Administração contrataria empresas para atuarem em três tipos de serviços, levando em consideração as especificidades de cada área de atuação (atendimento às recepções, às portarias e manutenções gerais das edificações). Essa medida além de não ser prática, visto

que acarretaria vários contratos e a necessidade de fiscalizá-los, poderia gerar uma fragilidade nos serviços, diminuiriam os controles, geraria a discrepância entre eles, além da possibilidade de serem fiscalizados por pessoas diferentes.

7. Descrição da solução como um todo

Ao observar e analisar as soluções que se apresentam no item acima, suas formas, seus benefícios e ponderando-se os encargos e a eficiências de cada uma delas, bem como os preceitos legais implícitos em cada uma das opções, verifica-se que para o atual cenário, a melhor solução, no momento, seria uma contratação de terceirização **por posto de trabalho e em regime de mão de obra exclusiva**, no quantitativo que seja necessário para que a Fiocruz possua condições necessárias para o desenvolvimento das atividades no Escritório do Mato Grosso do Sul em condições adequadas ao acolhimento dos usuários, a melhoria da segurança e o atendimento às necessidades de informação ao público (interno e externo).

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Para que a solução seja posta em prática e executada com qualidade, eficiência e segurança, deve se dar pela quantidade de postos de trabalhos diurnos e noturnos com aplicação dos materiais e equipamentos detectados neste estudo, para os locais e quantitativos abaixo elencados:

Quantidade de Postos e de Profissionais

Porteiro, Recepcionista e Oficial de manutenção

Descrição	CBO	Nº de Postos	Nº de Profissionais
PORTEIRO DIURNO - Escala 12x36 horas	5101-10	2	4
PORTEIRO NOTURNO - Escala 12x36 horas	5101-10	1	2
RECEPCIONISTA - 44H SEMANAIS	4221-05	1	1
OFICIAL DE MANUTENÇÃO 44H SEMANAIS	5143-25	1	1

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 494.650,18

A estimativa de preços referenciais obtidos considerou as metodologias de pesquisa abaixo descritas:

1. Preço baseado no estabelecido na Convenção Coletiva de Trabalho 2022/2022– CCT Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação de MS, CNPJ: 33.089.590/0001-20, Sindicato Trabalhadores Empresas Asseio Conservação, CNPJ n. 33.194.366/0001-66 das categorias profissionais, com utilização dos benefícios aos trabalhadores previstos no CCT, conforme abaixo descrito:

Categoria Profissional	Piso Salarial da categoria (cláusula 4º)	Gratificação (cláusula 5º)	Total Salário Base	Auxílio-Refeição/ Alimentação (cláusula 14º)	Benefício social familiar (cláusula 16º)
Porteiro	R\$ 1.217,00	R\$ 170,00	R\$ 1.387,26	R\$ 272,25	R\$ 9,70
Recepcionista	R\$ 1.217,00	R\$ 113,44	R\$ 1.330,44	R\$ 272,25	R\$ 9,70
Oficial de Manutenção	R\$ 1.217,00	R\$ 567,51	R\$1.784,51	R\$ 272,25	R\$ 9,70

Observação 1.:Para efeito de estimativa do benefício **Auxílio-Refeição/ Alimentação**, foram considerados, conforme cláusula décima quarta da CCT 2022/2022 Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação de MS, CNPJ: 33.089.590/0001-20:

Para os postos de 44h semanais foram estimados 22 dias úteis de execução dos serviços;

Para os postos de turnos diurnos de 12 x 36 foram estimados 15 dias úteis de execução dos serviços.

Na hipótese de a licitante apresentar uma convenção que não estipule o valor para auxílio-alimentação/refeição deverá ser utilizado deverá ser considerado o valor de R\$ 23,60 (vinte e três reais e sessenta centavos), conforme estudo realizado pela Coordenação Geral de Pessoas da Fiocruz - COGEPE, constante do processo nº 25380.003671/2021-69, na ETP SEI nº 1365830.

Observação 2.:Para efeito de isonomia das propostas, foram estimativos os percentuais máximos de 40% para Insalubridade, visando à sustentabilidade jurídico-financeira do contrato. Contudo, sua efetiva permanência como custo e correta distribuição dos percentuais versus graus de risco para fins de faturamento, condicionar-se-á ao(s) grau(s) de risco apontado(s) em Laudo Pericial, emitido por Engenheiro ou Médico do trabalho devidamente credenciado no MTE a ser apresentado pela Contratada num prazo de até 30 dias contados a partir do primeiro dia de vigência contratual. O pagamento efetivo do adicional só poderá ocorrer baseado nesse laudo, entregue à Fiscalização do contrato no prazo supracitado. Caso o laudo indique que não há exposição a riscos insalubres na totalidade dos postos ou se a insalubridade for apenas para alguns postos, as planilhas deverão ser alteradas para que o adicional contemple apenas o indicado, devendo haver à revisão dos custos por Apostilamento.

2. Os parâmetros para estimativa dos preços referenciais de **uniformes, materiais e equipamentos** foram baseados na divulgação de processos licitatórios e contratos administrativos executados no âmbito da Cogic em 2022. Segue abaixo as estimativas mensais por categoriais profissionais:

Categoria profissional	Uniforme (valor mensal)	Materiais e equipamentos
Porteiro	R\$ 82,45	R\$ 66,54
Recepcionista	R\$ 74,12	R\$ 00,00
Oficial de Manutenção	R\$ 26,92	R\$ 19,98

Observação 01.: O valor total mensal dos materiais e equipamentos é dividido pela quantidade total de porteiros do contrato.

Observação 02.: Os custos unitários de Uniformes e EPIs; Equipamentos e Ferramentas conforme disposto neste estudo, estão previstos na planilha de custos e formação de preços.

3. Preço baseado no estabelecido em **Legislação trabalhista e Previdenciária**, e aqueles previstos na **Legislação Própria**, conforme abaixo descrito:

13º Salário, Férias e Adicional de Férias	%	Memória de Cálculo	Fundamento
13º Salário	8,33%	$[(1/12) \times 100]$	Art.7º, VIII, CF/88.Caderno de Logística com Orientações básicas sobre a operacionalização da Conta Vinculada nos termos da alínea "a" do item 1.1 do Anexo VII-B e do Anexo XII da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017. Tabela do subitem 2.4.1 reserva mensal para o pagamento de encargos trabalhistas - percentual incidente sobre a remuneração.
Férias e Adicional de Férias	11,11%	$\{[(1+1/3) / 12] \times 100\}$	Art.7º, VIII, CF/88. % Conta Vinculada- Anexo XII da IN nº 05/2017.Caderno de Logística com Orientações básicas sobre a operacionalização da Conta Vinculada nos termos da alínea "a" do item 1.1 do Anexo VII-B e do Anexo XII da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017. Tabela do subitem 2.4.1 reserva mensal para o pagamento de encargos trabalhistas - percentual incidente sobre a remuneração.
Incidência dos encargos de GPS, FGTS e Outras Contribuições sobre 13º Salário, Férias e Adicional de férias	8,13%	Incidência da alíquota total dos encargos de GPS, FGTS e Outras Contribuições X custo de décimo terceiro + custo 13º Salário, Férias e Adicional de férias	% Conta Vinculada- Anexo XII da IN nº 05/2017. Caderno de Logística com Orientações básicas sobre a operacionalização da Conta Vinculada nos termos da alínea "a" do item 1.1 do Anexo VII-B e do Anexo XII da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017.
GPS, FGTS e Outras Contribuições	%	Memória de Cálculo	Fundamento
INSS	20,00%	20,00%	Art.22, Inciso I da Lei 8.212/91
SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50%	2,50%	Art.3º, Inciso I, Decreto nº 87.043/82
SAT (Seguro Acidente de Trabalho)	0,00%	RAT: 1%, 2% ou 3% x FAP: 0,5 a 2%	RATxFAT – Fundamentação: art. 22, inciso II, alíneas 'b' e 'c', da Lei nº 8.212/91. Conforme GFIP do mês anterior à data da proposta – Para estimativa, considerado o maior valor possível.
SESC ou SESI	1,50%	1,50%	Art.3º, da Lei nº 8036/90
SENAI-SENAC	1,00%	1,00%	Decreto 2.318/86
SEBRAE	0,60%	0,60%	Art.8º, Lei nº 8029/90 e Lei nº 8154/90
INCRA	0,2	0,2	Lei nº 7787/89 e DL nº 1146/70
FGTS	8,00%	8,00%	Art.15, da Lei nº 8036/90 e Art.7º III, CF
Provisão para rescisão	%	Memória de Cálculo	Fundamento

Aviso Prévio Indenizado	0,42%	$((1/12) \times 0,05) \times 100 = 0,42\%$	Art. 7º, XXI, CF/88, 477, 487 e ss CLT Trata-se de valor devido ao empregado no caso de o empregador rescindir o contrato sem justo motivo e sem lhe conceder aviso prévio, conforme disposto no § 1º do art. 487 da CLT. De acordo com levantamento efetuado em diversos contratos, cerca de 5% do pessoal é demitido pelo empregador, antes do término do contrato de trabalho. Arrolado no item 22 do Acórdão 6771/2009 do TCU
Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,03%	% Aviso Prévio Indenizado x % FGTS = 0,03%	Súmula nº 305/TST e Acórdão TCU 2.217/2010 - Plenário.
Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado	3,44%	0,344	- Lei Nº 13.932 de 11 de dezembro de 2019 - Art. 1º da Lei Complementar nº 110/2001
Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	$(7/30)/12 \times 100 = 1,94\%$	Refere-se à indenização de sete dias corridos devida ao empregado no caso de o empregador rescindir o contrato sem justo motivo e conceder aviso prévio, conforme disposto no art. 488 da CLT. (Acórdão TCU 1186/2017).
Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,66%	% Aviso Prévio trabalhado x % total dos encargos com GPS, FGTS e Outras Contribuições	Súmula nº 305/TST
Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Trabalhado.	0,38%	0,038222222	- Lei Nº 13.932 de 11 de dezembro de 2019 - Art. 1º da Lei Complementar nº 110/2001 - Art. 1º, caput, e parágrafo único da Lei nº 12.506/2011
Custo de reposição do profissional ausente	%	Memória de Cálculo	Fundamento
Substituto na cobertura de Férias	1,62%	% submódulo 2.2 alínea b - 13º salário, férias e adicional = $20,43 / 12 \text{ meses} = 1,70\%$ (em nosso entendimento o repositor deverá possuir os mesmos direitos do efetivo, garantidos pela CLT, porém proporcional a 1/12 avos.	. Previsão de pagamento mensal proporcional a cobertura de férias, para um período de 30 dias, após cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho. O pagamento ocorre conforme preceitua o art. 129 e o inc. I art. 130, CLT; e art. 7º, inciso XVII, CF. Deverá ser levado em consideração 1/12 avos das férias do profissional que está cobrindo este período. O provisionamento do profissional efetivo do posto de trabalho já possui sua retenção no Submódulo 2.1 Alínea B.
Substituto na cobertura e	0,28%	$((1 / 30) / 12) \times 100 = 0,28\%$	Lei 6367/76 e o art. 473 da CLT elencam as motivações de falta de empregados ao serviço sem que haja prejuízo ao salário correspondente. De acordo com dados estatísticos do IBGE, arrolado no item 20 do Acórdão 6771/2009 do TCU, cada empregado falta um dia por ano a

Ausências Legais			empregado, não em um período, e esse título.
Substituto na cobertura de Licença Paternidade	0,02%	$((5 / 30) / 12) \times 0,015 \times 100 = 0,02\%$	Criada pelo art. 7º, inciso XIX da CF, combinado como art. 10, §1º dos Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT -, concede ao empregado o direito de ausentar-se do serviço por cinco dias quando do nascimento de filho. De acordo com o IBGE, nascem filhos de 1,5% dos trabalhadores no período de um ano. Arrolado no item 20 do Acórdão 6771/2009 do TCU.
Substituto na cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho		$((15 / 30) / 12) \times 0,0078 \times 100 = 0,03\%$	O artigo 27 do Decreto nº 89.312, de 23/01/84, obriga o empregador a assumir o ônus financeiro pelo prazo de 15 dias, no caso de acidente de trabalho previsto no art. 131 da CLT. De acordo com os números mais recentes apresentados pelo Ministério da Previdência de Assistência Social, baseados em informações prestadas pelos empregadores, por meio da GFIP, 0,78% (zero vírgula setenta e oito por cento) dos empregados se acidentam no ano. Arrolado no item 20 do Acórdão 6771/2009 do TCU.
Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,03%	$(1,416\% \times 10\% \times 6/12) \times (8,33\% + 8,33\% + 2,78\% + 20\% + 8\%) = 0,03\%$	Custeado integralmente pela Previdência. Tem reflexos em férias, 13º salário e diferença salarial entre o teto da previdência e o recebido.
Substituto na cobertura de outras ausências (especificar)	0,00%		

Observação 01.: Para o percentual referente ao SAT (Seguro Acidente de Trabalho), a licitante deverá preencher o FAP ajustado da empresa devendo comprovar através de apresentação da GFIP para a comissão de licitação. Caso a empresa apresente alíquotas diferenciadas das expostas pela Administração deverá apresentar justificativa, memorial de cálculo, e devida fundamentação legal para que a comissão de licitação possa apurar a legalidade, razoabilidade dos fatores apresentados.

4. Com o intuito de estabelecer o princípio da isonomia da licitação, bem como estabelecer o valor para pagamento do auxílio transporte à contratada, a Fiocruz estabeleceu a tarifa do transporte coletivo municipal para ida e volta para todos os profissionais dos postos de trabalho, no valor de R\$ 4,40 (quatro reais e quarenta centavos) por viagem.

A despesa decorrente do auxílio transporte para os profissionais que ultrapassarem o limite estabelecido no parágrafo anterior, deverá ser arcada pela empresa contratada, sem ônus à Fiocruz. O valor que será pago à contratada pelo auxílio-transporte será o mesmo efetivamente pago ao trabalhador, respeitando o valor máximo informado em planilha de custo.

Será descontada do custo supracitado, a contrapartida de 6% sobre o salário do terceirizado, exceto quando esta contrapartida for alterada pela Convenção Coletiva de Trabalho da categoria profissional.

Para os postos de 44h semanais foram estimados 23 dias de execução dos serviços, já incluído 6% de desconto sobre o salário base do profissional.

Para os postos de turnos de 12 x 36 serão estimados 16 dias de execução dos serviços, já incluído 6% de desconto sobre o salário base do profissional.

No momento da execução e fiscalização, a Administração, irá considerar para pagamento, apenas os dias efetivamente trabalhados.

5. Os parâmetros para estimativa para **Custos Indiretos** e **Lucro Preços** foram baseados no recomendado pelo Tribunal de Contas da União - TCU, como boas práticas de preenchimento da planilha de custos e formação de preços, quais sejam, os percentuais de lucro de 5% e custo indireto de 10%.

A empresa elaborará a proposta segundo o REGIME DE TRIBUTAÇÃO a qual estará enquadrada durante a execução do contrato. O percentual do ISS na alíquota correspondente ao local da prestação dos serviços, conforme destacado na Planilha de Composição de Custos e Formação de Preços.

Para efeito de estimativa de preços da Administração foram consideradas as alíquotas máximas do Lucro Real de: PIS 1,65%; COFINS 7,60%; ISS 5,00%.

Mediante ao exposto, informamos que a Fundação Oswaldo Cruz chegou, assim ao valor mensal estimado é de R\$ 41.220,85 (quarenta e um mil, seiscentos e cinquenta reais e dezoito centavos) e o valor anual estimado é de **R\$ 494.650,18 (quatrocentos e noventa e quatro mil seiscentos e cinquenta reais e dezoito centavos)**.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A regra a ser observada pela Administração nas licitações é a do parcelamento do objeto, conforme disposto no parágrafo 1º do artigo 23 da Lei nº 8.666/93, mas é imprescindível que a divisão seja técnica e economicamente viável e não represente perda de economia de escala. O Órgão poderá dividir a pretensão contratual em itens ou em lotes quando tecnicamente e economicamente viável, visando maior competitividade, observada a quantidade mínima o prazo e local de entrega. Por ser o parcelamento a regra, deve haver justificativa quando este não for adotado, especialmente quanto ao não parcelamento do objeto em serviços contínuos de baixa complexidade técnica. Este estudo visa a contratação de prestação de serviços de controle de acesso e manutenção predial (porteiro, recepcionista e oficial de manutenção), ou seja, cessão de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, para atuar no apoio às edificações da Fiocruz na Unidade Regional Mato Grosso do Sul. Assim, pode-se considerar que se trata de um serviço comum, a ser realizado por Pregão Eletrônico e necessita de uma empresa especificamente para gerenciamento de mão de obra, em que existem diversas empresas especializadas no recrutamento e gestão de pessoal, não se vislumbrando qualquer perda de potencial vantagem nem de estimular o aumento da competitividade. Podemos acrescentar que, o parcelamento, tecnicamente não causará nenhum conflito na execução das tarefas, em razão dos serviços serem intrinsecamente correlacionados.

Outro ponto é que o não parcelamento do objeto trará a redução de custos de controle nas ações de gestão contratual, que engloba controle diário sobre a mão de obra, avaliação do serviço,

recebimento e checagem de guias de recolhimento, comprovantes e demais documentos que comprovam a regularidade da empresa no cumprimento de suas obrigações legais e trabalhistas em relação aos seus empregados, controle de benefícios e demais obrigações definidas por acordo ou convenção coletiva, bem como todas as outras ações de fiscalização. Além disso entendemos que o não parcelamento do objeto da presente contratação é economicamente viável, pois há possibilidade de diluição de alguns custos inerentes de uma contratação de mão de obra residente, tais como: custo com preposição e diminuição dos percentuais de custos indiretos em razão do ganho de escala". Além disso as ações de fiscalização e administrativas se tornam muito maiores em razão de replicação de diversos documentos obrigatórios para a gestão.

Neste sentido e considerando todas as justificativas descritas acima, entende-se pelo não parcelamento do objeto. O objeto licitado forma um conjunto unitário, resguardada as suas especificidades, considerando que os serviços consistem em apenas um objeto a ser prestado por empresa especializada (prestação de serviços de controle de acesso), não há vantagem econômica no parcelamento do objeto (Acórdão TCU 1.214/2013 - Plenário).

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se verificam contratações correlatas ou interdependentes que inviabilizasse contratação desta demanda.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

- **Projeto:** 0032.2000.567 .00011 - Contratação de Serviço de Recepção, Portaria e Manutenção Predial - Mato Grosso do Sul
- **Iniciativa:** 0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo
- **Ação Orçamentária:** 2000 - Administração da Unidade-Custeio
- **Finalidade:** 567 - Gestão de Apoio Administrativo - Manutenção condominial
- **Programa de Trabalho:** 101.220.032.2000.0033
- **Fonte de Recurso:** 06151000000
- **Elemento de Despesa:** 339037 - Locação de mão de obra
- **Subelemento:** 339037.01
- **Código Cat Serv** n° 8729

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

1. Oferecer condições adequadas de controle de acesso e manutenção predial das instalações, para salvaguarda do patrimônio público federal e das pessoas;
2. Assegurar e mitigar os riscos de acesso às instalações da Instituição.
3. Produzir condições necessárias ao atendimento dos objetivos da missão e da política da Instituição.
4. Estar alinhado às práticas ambientais sustentáveis visando à otimização de recursos, redução de desperdício e redução dos índices de poluição.

5. Manter em pleno funcionamento os serviços de portaria, recepção e manutenção predial, tendo em vista que a Fiocruz, não dispõe em seu quadro de pessoais recursos humanos para o atendimento desses serviços, especificamente para a finalidade pretendida.
6. Em relação à eficácia, dar atendimento a todas as demandas, com suporte à atividade meio e fim da Fiocruz, inerentes aos serviços de condução de veículos.

14. Providências a serem Adotadas

Não há necessidade de ações especiais, além dos trâmites convencionais para a realização desta contratação, bem como não são necessárias intervenções e/ou adequações no local para a execução deste contrato.

15. Possíveis Impactos Ambientais

Sabendo que impactos ambientais são as alterações no ambiente causadas pelas ações humanas, os mesmos podem ser considerados positivos e negativos. Os impactos negativos ocorrem quando as alterações causadas geram risco ao ser humano ou para os recursos naturais encontrados no espaço. Assim, a Contratada deverá respeitar as práticas que minimizem os impactos ambientais durante a execução dos serviços realizados nas dependências da Fiocruz, dentre outros conforme abaixo:

- A Contratada deverá promover práticas de consumo consciente de água e energia elétrica durante a execução dos serviços realizados nas dependências da Fiocruz.
- A contratada deverá observar as exigências legais de sustentabilidade ambiental na execução do serviço, observando especialmente o seguinte:
- Racionalização e economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;
- Realizar a separação dos resíduos recicláveis oriundos da prestação dos serviços em parceria com a Contratante, observados os dispositivos legais e de acordo com o Decreto 5.940/06 e IN/MARE nº 6/1995;
- Utilizar materiais biodegradáveis, no que couber;
- Treinamento e capacitação periódica dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdício e de poluição;
- Seguir as normas técnicas de saúde, higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas da Secretaria de Trabalho/Ministério da Economia;

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, consoante o inciso XIII, art 7º da IN 40 de 22 de maio de 2020, da SEGES/ME.

17. Responsáveis

FABIO HENRIQUE CERQUEIRA ABREU
Chefe substituto da Coordenação de Serviços Operacionais

HELIO COELHO SILVEIRA DA ROSA
Chefe da Coordenação de Administração

RAFAEL ZANIBONI ALVES
Analista de Gestão em Saúde